

GREVE

**Frente
Comum**

Sindicatos
Administração
Pública

Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública

24 OUT

A Frente Comum apresentou ao governo 73 propostas...

...que melhoram as condições de vida dos trabalhadores e de trabalho na Administração Pública! O governo iniciou as negociações afirmando que quer manter tudo na mesma.

Ancorado ao Acordo de "Empobrecimento", assinado pelas organizações da UGT, não avança nada de novo em relação a aumentos salariais para 2026 e, em relação a matérias como o SIADAP, não mexe uma vírgula no que se encontra em vigor.

O caminho que defendemos e que é necessário pôr em marcha é outro: o da valorização do trabalho na Administração Pública e o reforço dos Serviços Públicos!

Prioridades da PRC 2026 Frente Comum

Aumento salarial de 15%,
com um mínimo de **150€**,
para todos os trabalhadores
e uma base remuneratória de **1050€**

Reposição do vínculo de nomeação
a todos os trabalhadores, acabando com
a precariedade e defendendo
os Serviços Públicos

**Valorização de todas
as carreiras e profissões**

**Revogação do SIADAP e, até lá, a eliminação
das quotas e a progressão com 4 pontos**

Defesa das funções sociais do estado

Posição do Governo 2026

Manter os trabalhadores
a perder poder de compra

Assume que há "problemas
que não são orçamentais".
Não assume a devolução do Vínculo
de Nomeação. Tem como objetivo
generalizar o contrato individual de trabalho.

Não propõe qualquer valorização efetiva
para qualquer carreira, geral ou especial.

Quer manter o SIADAP como
instrumento de injustiça, estagnação
na carreira e divisão dos trabalhadores

Nada propõe para reverter o caminho
de externalização das Funções Sociais do Estado

O governo da AD (PSD/CDS-PP), com o apoio no parlamento da IL e do Chega, coloca em prática um programa de destruição dos Serviços Públicos, no qual o ataque aos trabalhadores é elemento essencial. Deixam claro ao que vêm: querem favorecer os muito ricos, à conta da destruição dos serviços públicos e dos direitos laborais.

A "Reforma do Estado" tem por objetivo a instrumentalização dos serviços públicos, transformando ministérios em "centrais de compras", ao Serviço do lucro privado. O ataque aos trabalhadores é elemento essencial, fragilizando os vínculos com contratos individuais de trabalho, destruindo as carreiras, num caminho de contínua destruição dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

O pacote laboral pretende eternizar a precariedade, legalizar o despedimento ilícito, agravar os horários, atacar os salários, os direitos de parentalidade, a liberdade sindical e o direito à greve. Este pacote laboral é a destruição de todos os direitos de quem trabalha.

SÓ A UNIDADE DOS TRABALHADORES PERMITIRÁ INVERTER ESTAS MEDIDAS!!!

Como a história tem demonstrado, a luta de quem trabalha é o elemento que permite alterar o rumo das políticas que nos prejudicam!

Foi a luta dos trabalhadores que conseguiu correr com a Troika, reconquistar as 35 horas e obter avanços significativos em algumas carreiras e profissões. Será a luta dos trabalhadores a derrotar estas políticas!

A Frente Comum não abdica do direito a negociar, no entanto, respeitamos a vontade e os anseios dos trabalhadores que representamos e, por isso mesmo, não assinamos acordos que apenas servem para nos deixar pior e combatemos todas as tentativas de imposição de retrocessos.

O momento é de Luta!



Out 2025

Dia 24 de Outubro, vamos mostrar ao governo a força que temos e defender as propostas que apresentamos, aderindo em massa à Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública!

Contamos contigo!

Participa e mobiliza os teus colegas!

frentecomum.pt

